



Ata de Reunião do Fórum Multientidades de Paraisópolis – r2		
Via Zoom.us (link Instituto Ela)		Data: 30.04.2026 9h-11h40
Assunto: Educação I		Por: Andrea S.
Site: www.multientidades.virtual.org.br		Folha: 1/1

Participantes:	Responsável	Prazo
DESCRIÇÃO:		
1. Leitura da ata da reunião de 26.03.2026: leitura feita por Andrea S. Correções encaminhadas	Monica M	10.05.2026
2. Roda de apresentação dos participantes Claudia Lara/ Núcleo Social-PECP, Sabrina CR Souza/ tec Assist.Social SASF Paraisópolis, Monica Mation/ Casa da Amizade, Maria Rayane SS/ OSMSG, Sandra G./ Instituto Ela, Andrea PS/ voluntária, Renata Christina Assunção/ ASPró-Saber, Virginia/ Sup Social Instituto ÍtaloPára, Tereza Rocha/ UVIS.STS-CL, Rosi Paulino/ Neuro Aprender, Claudia Raphael/ Câmara municipal, Pedro Suplicy/ voluntario, Luciene Melo/ dir EMEF Paulo Freire, Terezinha Paladino/ curadora Mostra Cultural de Paraisópolis, Manuela Miranda/ gerente de políticas educacionais -“Todos pela Educação”, Mauro/ ALLP Fit Academia, Allyne S. Kaminskas/ Analista educacional PECP, Juliana Gonçalves/ A Casa da Ju-creche, Rafael de Oliveira Gonçalves/ facilitador Educação PECP, Yasmim Federic/ analista social ItaloPára, Monica Melo da Silva/ Palmeirinha, gestão PÇ da cidadania, Karla/ Casa da Amizade e EMEF Perimetral, Tereza Cristina Zibordi de Oliveira/ Iris consultoria Institucional, Vivian/ CEMEI Morumbi, Monica/ CEUCEI Paraisópolis, Fernanda Horwath/ coordenadora CA		
3. Roteiro da Reunião: vide link no site https://multientidades.virtual.org.br/wp-content/uploads/ROTEIRO-Multi-30abr2026-r4.pdf		
4. Pauta: Educação I 4.1 Plano Nacional de Educação: apresentado por Manuela Miranda da instituição Todos pela Educação Visão geral do PNE, o que está previsto para os próximos 10 anos. Acompanharam a tramitação desde o projeto de lei, enviaram sugestões. Principais avanços e pontos de desdobramentos, implementação nos Estados e Municípios. Depois análise e discussão sobre o plano. É um plano estratégico, aponta direções para a década, planos de ações a serem implantados nos territórios. Estabelece objetivos, metas e estratégias para guiar a política educacional dos próximos anos. O 1º PNE- de 2001 a 2011, 2º PNE de 2014 a 2025. 3º PNE de 2026 a 2036. Reforça a importância de ter metas claras; apresentou avanços na última década (acesso: educação infantil e fundamental), mas longe de atingir as metas tratadas em 2014. Importante reconhecer que políticas estruturantes foram elaboradas e implementadas e, considerando fatores externos (como pandemia, efeitos da tecnologia, mudanças climáticas), houve avanços em conclusão de curso (EF e EM) e em aprendizagem, alguns avanços, mas muito preocupante os níveis de aprendizagem adequada e a quantidade de estudantes que estão sendo deixados para trás com nível crítico de aprendizagem. Comparando o SAEB de 2013 com 2023, desigualdades raciais socioeconômicas aumentaram. O PNE anterior tinha 20 metas, 56 indicadores e mais de 250 estratégias. Os Estados e municípios precisam elaborar seus próprios planos, seguindo a diretriz nacional, adaptando ao seu território. Diferentes municípios, tem níveis bem diferentes de acesso, por exemplo, a creche não é obrigatória, mas há demanda e precisa ser atendida a educação infantil. Meta nacional deve garantir que 60% das crianças estejam nas creches e 100 % da demanda seja atendida. Mas há municípios tem 20% de atendimento de creche e a meta ficaria muito distante, assim seu plano é adequado para sua realidade. A Lei 13588/26 traz 19 objetivos (equivalentes às metas do PNE anterior), os indicadores se tornaram 73 metas mensuráveis e 372 estratégias. Os 19 objetivos são organizados em 8 temáticas. Muito importante as metas específicas para a redução de desigualdade. É preciso fazer recortes para ter um bom diagnóstico para se ter segurança na conclusão dos dados, desdobramento dos indicadores. Os vulneráveis são os que mais ficam para trás. Outro ponto são as metas focadas na qualidade na educação. No plano anterior tínhamos metas de atendimento de IDEB, indicador muito importante para poder olhar resultados e nos inspirar em boas práticas, mas trazia uma meta de média de IDEB, para Fund I, Fund II e E.M. e agora avança para outras metas de aprendizagem e qualidade do ensino. Na educação infantil traz metas de qualidade. Hoje no Brasil, não existe indicador que seja calculado em todo o país para medir a qualidade na educação infantil, mas existem estudos para avaliar a qualidade da oferta da educação infantil, como as interações, espaços e práticas pedagógicas		



Ata de Reunião do Fórum Multitiedades de Paraisópolis – r2	
Via Zoom.us (link Instituto Ela)	Data: 30.04.2026 9h-11h40
Assunto: Educação I	Por: Andrea S.
Site: www.multientiedades.virtual.org.br	Folha: 1/1

entre outras. Há metas de alfabetização, compromisso nacional “Criança Alfabetizada” que instituiu um indicador nacional que se desdobra a partir de avaliações estaduais e traz uma meta de aprendizagem adequada para alunos de 2º ano do Fund I, olhando, além de leitura e escrita, o acompanhamento da matemática. Em EF e EM, estudos em conclusão há muita desigualdade entre gênero e racial. (PNADE), especialmente na conclusão do E.M. o objetivo 5 é central, fala sobre a aprendizagem no E.F e E.M. com estratégias pedagógicas entre outras, garantir que todos os estudantes tenham um nível básico de aprendizagem, para erradicar os níveis de abaixo do básico, níveis muito críticos. **Hoje, somente 7% dos alunos concluem o EM com aprendizagem adequada. Saem do EM sem saber questões básicas, muito crítico, quase 60% dos estudantes saem nessa situação, esbarrando na limitação do seu potencial.**

Educação médio integral: avanço nacional em matrículas e em quantidade de escolas que oferecem tempo integral. Há desigualdade de oferta no país, porém avanço integral tímido. Estudos recentes nos estados que conseguiram expandir: benefícios na trajetória educacional dos jovens, em renda futura, saúde, além do educacional. Objetivos falando em conectividade e tecnologias, que fazem parte do cotidiano, uso pedagógico mediado da tecnologia. Tema que fala sobre diversidade e inclusão e objetivo 8: sustentabilidade socioambiental na educação, quanto às mudanças climáticas e episódios de violência. Objetivos 9, 10 e 11: fala sobre educação indígena e quilombola, há mais estratégias com olhar mais específico, educação especial inclusiva e de surdos. O censo de hoje mostra um aumento expressivo de estudantes público-alvo da educação especial, decreto novo de dez25 trazendo diretrizes para o AEE (atendimento educacional especializado), o que é um enorme desafio. Objetivos 12 e 13 sobre educação profissional e tecnológica, muito importante o aluno poder escolher itinerários formativos técnicos integrado ao E.M. Metas que falam sobre qualidade na graduação e pós-graduação. Avanços importantes sobre as metas na formação e valorização de profissionais. O Objetivo 18 versa sobre participação social e gestão democrática e o Objetivo 19 sobre financiamento e infraestrutura da educação, metas de percentual do PIB a ser investido e um programa nacional de infraestrutura escolar que prevê recursos para escolas com níveis de estrutura críticos, reconhecendo que algumas escolas não atendem o nível básico oferecido ao aluno.

Alguns destaques sobre o plano aprovado. Maior ênfase na qualidade educação

Rosi pergunta se dentro do plano, mediante a BNCC- base nacional comum curricular - se tem algo baseado em evidências científicas sobre as desigualdades/ defasagens. Manoela fala que nas estratégias podem entrar na parte pedagógica, recomposição de aprendizagens, correção de fluxo, entre outros. As metas de aprendizagem adequada de anos finais e médio, são muito ambiciosas. **Hoje o EM tem 7 a 8% com aprendizagem adequada e a meta é 80%** e quando uma meta tão distante da realidade, pode até não mobilizar gestores públicos. Grande parte das metas são baseadas nos avanços registrados e projeções feitas, analisando o formato de vários estados e todas são realistas. Em muitos casos há defasagem de ensino, exemplo alunos de 9º ano só conseguindo fazer questões do 3º ou 4º do E.F. Parte da evasão é por não conseguir acompanhar conteúdo.

Rafael/ PECP trabalha com recomposição de aprendizagem, após estudo, entenderam que a defasagem é de 2 a 3 anos, pergunta sobre outros desdobramentos. Nas estratégias, traz a importância de ter programas de recomposição, práticas pedagógicas, entra em questão de estratégias pedagógicas, mas não fala quais ações. Importante poder compor o reforço escolar em contraturnos e pensar uma forma dele continuar na sala de aula. Atividades que possa consolidar e assim acompanhar as aulas.

Juliana/ A casa da Ju, atende de 0 a 10 anos de idade. Entende que a educação está sendo planejada em nível muito técnico, quer saber se há uma estratégia para vir no território para escutar as dificuldades das famílias. Manoela entende o comentário pertinente, mas precisa trazer informações para tratar metas, saber qual a direção de onde queremos chegar. Para a execução do PNE, houve muitas consultas públicas para trazer a realidade. As políticas educacionais podem ser muito bem desenhadas, baseadas em todas as evidências possíveis, mas onde vai chegar em resultados educacionais, para que cada criança possa aprender, desenvolver e tornar-se um cidadão para vida. Hoje, se continuar com este modelo, apesar dos avanços, estamos condenando uma quantidade significativa de crianças e jovens a não se desenvolverem e uma vida adulta incompleta. Sandra G. reforça a importância que cada profissional tem para fazer a diferença para o aluno. Manoela agradece o convite e lembra que a educação é feita de pessoas, professores, profissionais e as crianças. O PNE foi um passo muito importante, mas depende da formulação de boas políticas e implementação.



Ata de Reunião do Fórum Multientidades de Paraisópolis – r2	
Via Zoom.us (link Instituto Ela)	Data: 30.04.2026 9h-11h40
Assunto: Educação I	Por: Andrea S.
Site: www.multientidades.virtual.org.br	Folha: 1/1

4.2 Neuro Aprender: apresentado por Rosi. Para acessar ppt completo, vide link no site

<https://multientidades.virtual.org.br/wp-content/uploads/Educacao-Inclusiva-e-Praticas-Pedagogicas.pdf>

Comenta que é autista suporte nível 1 e tem parcerias com algumas instituições em Paraisópolis; vai falar sobre educação inclusiva e práticas pedagógicas a fim de promover equidade nas salas de aula regular. Lembrando as leis que garantem o acesso regular à escola, adaptações necessárias, proibição de cobranças extras. Hoje, infelizmente é um problema crônico, com falta de capacitação de professores. Com o novo PNE, há uma perspectiva de melhora da inclusão na sala de aula. Em 2018 já traziam dados alarmantes de atraso de 150 anos em relação a países europeus. Abril azul, autismo, conhecimento de como funciona sala de aula; a cada 31 alunos, ao menos 3 terão algum tipo de transtorno, TEA, TDA, TDAH, TOD, Dislexia, entre outros. Fala que a educação infantil é mais importante que mestrado e doutorado, porque onde se preparam todas as sinapses e nos insere enquanto indivíduos na sociedade. Hoje vemos salas muito lotadas e crianças nível 1, 2 e 3 de suporte, e as crianças suporte 3 dificilmente aprenderão. As professoras angustiadas, pois, a realidade é muito desafiadora onde até sabão falta para lavar as mãos, faltam matérias, uma realidade muito limitante. Quanto mais cedo o diagnóstico, melhor a evolução, pode ser laudado com 1 a 2 anos de idade e ter um tratamento precoce. A realidade hoje é: Salas lotadas, professores sobrecarregados, diagnóstico tardio, pouco suporte técnico, pouca formação significativa, crianças típicas no final do EM sem conseguir ler e escrever; a última pesquisa que chegou na comunidade científica é que mais de um terço da população é analfabeto funcional.

Monica: pergunta sobre as falas capacitistas de médicos, falada anteriormente. No programa Roda Viva, tivemos um grande nome, neuropediatra, sobre uma fala do espectro, apesar de já consolidado, trouxeram contexto negativo sobre o espectro (já muito bem delineado e direcionado cientificamente). Sobre a ABA, análise do comportamento aplicado, única ciência que tem um direcionamento, dentro do diagnóstico precoce, e não está no SUS, tratamento que consegue fazer a criança autista evoluir para a vida. Não tratar o TOD pode evoluir em transtornos de conduta e depois em psicopatia, portanto falamos sobre um contexto de inclusão muito complexo e necessário. Monica pergunta quantas seções de ABA a criança deve fazer. Rosi comenta que o médico prescreve 20 horas ABA, a realidade de crianças de vulnerabilidade, proporcionar este protocolo está fora de contexto das políticas públicas de saúde, mas tem levado a esse público. Para uma criança nível 3 de suporte, entre 2 a 3 anos com diagnóstico, seria de 20 a 24h ABA; uma seção de ABA hoje custa por volta de R\$ 480,00 e oferecem um valor social, um pacote de R\$ 500 dá direito a 4 seções de ABA mensal. Priorizam acesso e humanização. Andrea pergunta sobre o encaminhamento para a clínica. Rosi explica que tem estreitado parcerias com instituições de Paraisópolis, vai a escola com palestras e formações. A criança (com laudo ou não) é encaminhada para uma avaliação, tem uma nutricionista infantil, especializada em autismo, uma psicóloga e neuropsicóloga, avaliações (R\$2000,00 ou renegociadas), Está em contato com Meire, Marlene (OSMSG) e Rose, estreitar parcerias com a proposta de meados de 2025, ir a Paraisópolis ao menos uma vez por semana iniciar formação com professores e iniciar atendimento dentro de alguma escola, para proporcionar ABA às crianças.

Monica M. pergunta, após o laudo, as crianças fazem 20h de ABA e depois precisam ter continuidade na vida escolar? Josi explica que a ABA funciona muito bem no período da infância, mas há questões técnicas a se considerar. Por ex: uma criança autista com TDI (transtorno de deficiência intelectual), com acesso tardio (muito comum), laudada com 8 a 9 anos, já tem um retrocesso cognitivo e nunca teve acesso a ABA no início da infância. Pensando nisso, na criança de nível de suporte 3, que não teve acesso a ABA na primeira infância, a idade mental não corresponde ao cronológico. Assim o tratamento precisa ser intensivo com muitas horas ABA e por um tempo indeterminado. Se acesso com 1 a 2 anos, a probabilidade de diminuir o nível de suporte de 3 para 1 é maior e depois vai para o TCC (terapia cognitivo comportamental), que também atende na clínica. Sandra G. parabeniza Rosi pela proposta. E fala sobre experiência de jovens que conseguiram criar vínculos, na pandemia. Professores precisam atender crianças neurodivergentes, mas precisam dar conta de todas as outras crianças e não são preparados para atender; importante ouvir os profissionais envolvidos diretamente com esses casos.



Ata de Reunião do Fórum Multientidades de Paraisópolis – r2		
Via Zoom.us (link Instituto Ela)		Data: 30.04.2026 9h-11h40
Assunto: Educação I		Por: Andrea S.
Site: www.multientidades.virtual.org.br		Folha: 1/1

5. Informes: 5.1A Casa Da Ju apresentado por Juliana Gonçalves: espaço acolhedor, com práticas pedagógicas para valorizar as crianças e apoiar as mães para se estruturar melhor. Hoje atende 25 crianças, faixa etária de 6 meses a 10 anos de idade. Período: 6h até às 20h (contraturno). A equipe é de até 5 pessoas, conforme a demanda. 5.2 Academia Allfit. Para acessar ppt vide link no site..... apresentado por Mauro. A academia é parceira do Instituto Ela e trabalha corpo e mente. Tem 70 unidades no Brasil e com unidade próxima à comunidade. Pensando na educação profissional e tecnológica, a partir de 12 anos de idade, oferece gratuitamente cursos. WS precisa de profissionais qualificados e resolveu fazer apoio solidário. 2 cursos de 15 horas, e o curso de IA – total 15 horas. Deixa link da página dos cursos. https://awstreinabrasil.ontidwit.com/#!/landingpage/allp-fit Para mais informações, cadastrar no programa clique aqui: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfZ8SIKGZJ5M8to3uHvnM-w4A7kUTLQ3ysnJQuazU06_4V1kQ/viewform?usp=dialog		
6. Próxima reunião Pauta: Assistência Social Local: via zoom.us https://zoom.us/j/98180307302?pwd=VfECvgyQKJEbPjoBbRvFgaVZCGADlo.1	todos	28.05.26 9h - 11h30